



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Movimentos Sociais e Serviço Social.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE CLASSE, RAÇA E SEXO NA CONSTRUÇÃO DO FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR

Larissa Souza Pinheiro¹

Resumo: Diante do atual cenário de avanço do conservadorismo e de barbarização da vida pelo capital, as resistências de cunho classista se apresentam com uma importância central para o enfrentamento dos rebatimentos da crise capitalista. Por isso, esse trabalho se propõe a investigar o feminismo camponês popular que vem sendo formulado pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Palavras-chave: Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Feminismo Camponês Popular; Feminismo; Movimentos Sociais.

Abstract: Faced with the current scenario of progress of conservatism and barbarization of life by capital, class resistances are of central importance for coping with the rebuffs of the capitalist crisis. Therefore, this work proposes to investigate the popular peasant feminism that has been formulated by the Peasant Women's Movement (MMC).

Keywords: Peasant Women's Movement (MMC); Popular Peasant Feminism; Feminism; Social movements.

1. INTRODUÇÃO

Vivemos em um contexto de reestruturação produtiva do capital via políticas neoliberais, que retiram direitos históricos dos trabalhadores, de recrudescimento do conservadorismo em todo o mundo e de descenso da organização dos (as) trabalhadores (as). Diante desse cenário as resistências de cunho classista se apresentam com uma importância central para o enfrentamento a esse tempo de barbárie capitalista.

Se essa conjuntura já é adversa para os trabalhadores de forma geral, para as mulheres ela se apresenta de forma ainda mais perversa, pois elas terão esse sistema de exploração/opressão intensificado pelo patriarcado, e para as mulheres negras, também pelo racismo. O patriarcado e o racismo servem ao capitalismo através da divisão sexual e racial do trabalho que tanto empurra as mulheres, principalmente as negras, para os trabalhos mais precarizados e mal remunerados, quanto às responsabiliza através do trabalho não pago pela reprodução da classe trabalhadora e pelos serviços de cuidados negados pelo Estado. Além disso, sobre as mulheres negras recai ainda a hipersexualização dos seus corpos e os mais altos índices de violência doméstica.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: <larissa_2607@hotmail.com>.

Apesar disso, as mulheres tem demonstrado grande capacidade de mobilização frente à reorganização do conservadorismo na conjuntura brasileira. Colocando para o conjunto dos movimentos sociais o desafio de compreender como as diferentes dimensões da atual onda conservadora se conectam, se fortalecem, se impulsionam e dependem entre si.

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) se apresenta nessa conjuntura como um movimento feminista e classista, que organiza as mulheres do campo de forma nacionalizada desde 2003. Se mobilizando ao redor de pautas específicas das mulheres camponesas, como direitos trabalhistas, pelo direito a terra, por uma produção agroecológica e pela soberania alimentar. Mas também se soma à luta da classe trabalhadora em pautas mais gerais através da sua articulação internacional na Via Campesina, se somando aos movimentos que resistem a essa onda de retrocessos.

Nos últimos anos, o MMC segue construindo o que elas chamam de “Feminismo Camponês Popular” que se apresenta como um esforço do movimento em constituir uma prática política onde sexo, raça e classe não sejam vistos de forma separada. Para que a construção de uma nova sociedade leve em consideração não só o fim da sociedade de classes, mas também o fim do patriarcado e de todas as formas de opressão e exploração.

Tendo em vista que o MMC é um dos maiores e mais importantes movimento de mulheres do Brasil e que representa em meio a essa conjuntura uma resistência feminista e classista, na construção do que as mulheres que o compõem chamam de “feminismo camponês popular”, teremos como objetivo desse trabalho apresentar uma síntese da apreensão feita a partir da dissertação de título “Movimento de Mulheres Camponesas: uma análise do feminismo camponês popular”.

Apresentaremos aqui o resultado e análise da pesquisa feita a partir de entrevistas semiestruturadas onde usamos como critério de inclusão para elas, a escolha de mulheres que são dirigentes do MMC, pelo histórico delas dentro do movimento e pela possibilidade teórico-política que elas carregam para nos falar do que é o feminismo camponês popular que movimento vem construindo desde o seu surgimento até aqui.

Foram três mulheres entrevistadas, uma do nordeste, do estados do Rio Grande do Norte, uma do Sul, do Estado do Paraná e uma do Centro- Oeste. As mulheres têm 25, 38 e 55 anos. Todas três têm filhos, são casadas, são heterossexuais, duas tem ensino superior completo e uma em andamento. Uma é filiada a partidos políticos, ao Partido dos Trabalhadores (PT), porém não exerce militância política orgânica no partido. Uma mulher se autodeclara como negra e as outras duas como brancas.

A fim de mantermos a confidencialidade da pesquisa adotaremos nomes fictícios, e aproveitaremos, com isso, para lembrar-se de mulheres que são símbolos para a luta

feminista e camponesa, serão eles: Margarida Alves, Elizabeth Teixeira e Dandara dos Palmares.

2. MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS: surgimento, organização e pautas de luta

O MMC é um movimento feminista e camponês, que articula a luta pela reforma agrária e pela construção de outra sociedade com a luta das mulheres. Nas palavras da militante Margarida Alves, o MMC surge:

[...] Mediante de uma necessidade das mulheres no Brasil de ter um espaço próprio para dialogar suas pautas, enfrentar seus próprios dilemas enquanto mulheres e tentar dar mais visibilidade política para nossa luta. **O MMC é uma ferramenta política para as mulheres camponesas do Brasil.** [...] Foram mais de 500 anos de Brasil, de exploração, para que as mulheres conseguissem ter essa ousadia de construção de um movimento autônomo de mulheres. Nós temos desafios, nós temos muitos desafios, mas eu enxergo como um espaço essencial onde as mulheres tenham uma voz, onde as mulheres tenham um espaço para discutir suas situações particulares de violência, a necessidade de organização produtiva, até uma participação política, até chegar à academia também né? É um espaço também de formação, de luta. É o espaço do despertar da mulher para a luta.

A partir da fala da militante Margarida Alves, podemos perceber que o MMC surge como o espaço de auto-organização das mulheres no campo, e que é no fato dele ser um movimento auto-organizado de mulheres que reside um dos motivos que reafirma sua importância. Por ser nesse espaço que as mulheres podem se organizar politicamente construindo suas pautas, bandeiras de luta, sendo o espaço que as mulheres camponesas podem ter a voz que em outros lugares lhes é negada. A fala da militante Margareth Teixeira também nos confirma isso:

O MMC além de ser um movimento que tem como bandeira a libertação das mulheres e todas as formas de exploração, opressão e violência. É um movimento que faz a gente se reconhecer como seres humanos, reconhecer nossa voz e que nós temos muito a dizer, que nós queremos dizer. Enfim, o movimento é isso. É o movimento que dá sentido à vida das camponesas.

A partir do que nos trazem as militantes Margarida Alves e Elizabeth Teixeira, é possível perceber aspectos importantes que nos reafirmam como o MMC se configura como espaço importante para formação da consciência militante feminista. Reafirmando o trabalho de Cisne (2014) sobre a formação da consciência militante feminista no Brasil. Nas palavras da autora (2014, p. 176) a consciência militante feminista é formada pelos seguintes aspectos:

- 1) A apropriação de si e a ruptura com a naturalização do sexo;
- 2) O sair de casa;
- 3) A identificação na outra da sua condição de mulher;
- 4) A importância do grupo e da militância em um movimento social;

- 5) A formação política associada às lutas concretas de reivindicação e de enfrentamento.

Iremos dividir a história do MMC em quatro fases que marcam de forma importante o seu processo organizativo. A primeira fase se deu na década de 1980, quando o movimento começa a se organizar, ainda não são identificadas como MMC, mas já é nesse período que o movimento começou a ser gestado. A segunda fase é a década de 1990, quando o movimento começa assumir as pautas relacionadas às mulheres de forma mais explícita. A terceira fase é marcada pela assembleia do que ainda era Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) que ocorreu em 2001 na cidade de Concórdia/SC, onde o movimento se afirma não só como um movimento de mulheres, mas um movimento feminista. A quarta fase é quando o MMC foi oficialmente criado em nível nacional e se incorporou à Via Campesina, em 2004.

Na década de 1980, os movimentos de mulheres camponesas existiam de forma isolada, só na década de 1990 esses movimentos decidem se articular, com a intenção de que a sua ação tivesse um maior impacto e criam a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), que resultaria no MMC em 2004.

Essa mudança ocorrida em 2004 não foi apenas uma mudança de nomenclatura, mas representou um amadurecimento no entendimento de campesinato por parte do movimento. Para elas, o entendimento do conceito de camponesas englobava melhor a heterogeneidade da base de mulheres que formavam o movimento, que iam desde as trabalhadoras rurais, as pescadoras, ribeirinhas, quilombolas, quebradeiras de coco, extrativistas, assalariadas rurais, enfim, uma multiplicidade de mulheres que estavam no campo.

Além disso, a identificação com o conceito de campesinato também foi uma identificação política, do entendimento de campesinato como classe e da articulação do MMC com os outros movimentos camponeses por meio da Via Campesina. Ou seja, essa última fase do processo de formação e organização do MMC, definiu a sua identidade, o seu campo de articulação e as suas estratégias de luta, indo muito além que uma mudança apenas de nome.

Hoje o MMC se afirma como um movimento camponês classista e feminista que tem como missão “a libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação. Isso se concretiza nas lutas, na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular, onde as mulheres sejam protagonistas de sua história” (MMC, 2009) e tem como princípios ser autônomo, democrático e popular, classista, de luta, construir novas relações de igualdade e ser socialista.

O movimento está organizado em 21 estados, e é formado por instâncias compostas

pelo consenso entre as militantes, sem votação, mas levando em consideração a atuação da militante em sua região, da referência que é para outras mulheres e do potencial que a sua contribuição trará para o coletivo. As instâncias são os grupos de base, as direções municipais, regionais e estaduais, a coordenação nacional e a direção executiva.

O MMC no seu material de apresentação, cartilhas, notas e publicações sempre se afirma como um movimento feminista, classista e antirracista, que não é só anticapitalista, mas também tem como estratégia o socialismo e a construção de uma nova sociedade. É possível perceber assim, que o movimento tem nitidez que a articulação entre feminismo e socialismo é imprescindível para a construção de outra sociedade, como pode ser evidenciado na fala da militante Dandara dos Palmares:

Pra gente, o nosso feminismo, na construção do feminismo, é a construção de uma outra sociedade e aí de toda a classe trabalhadora. Claro, que entendendo, militando e estando na luta pela libertação das mulheres camponesas, das mulheres rurais, das mulheres trabalhadoras. Entendendo que essa relação é muito imbricada uma vez que a gente não entende de forma separada. A gente reafirma isso, quando na Via Campesina e na CLOC a gente discute e tem como grito “Sem feminismo não há socialismo” Por que pra gente a construção de feminismo, é também a construção do socialismo, a construção de uma nova sociedade, para nós do MMC e para a Via Campesina. No sentido que esse grito de ordem que é muito simbólico para construção, quando lá em 2010 a gente reafirma esse grito de “Sem feminismo não há socialismo”. Então a relação do feminismo com a luta de classes está como necessária por que sem o feminismo nós não vamos construir uma outra sociedade. Pra gente a luta de classes é algo muito central, é a luta de classes que vai de fato construir uma outra sociedade com homens e mulheres, então o nosso feminismo não vai abrir mão disso.

Sendo a articulação entre o feminismo e o socialismo histórica e indispensável. O MMC tem caminhado, desde o seu surgimento, em direção ao fortalecimento dessa relação, deixando isso evidente nas suas articulações políticas, palavras de ordem, místicas, cartilhas, pautas e bandeiras de luta. Apesar de essa relação ser histórica e indispensável, ela têm enfrentado dificuldades para se realizar também de forma histórica, seja pelos partidos e organizações mistas de esquerda que não têm o feminismo como central para as suas lutas, seja pelas perspectivas de feminismo que não articulam suas lutas às da classe trabalhadora, por isso o MMC se apresenta para nós como uma resistência de grande importância na articulação entre essas duas lutas.

A partir da forma que o MMC está organizado hoje, do seu histórico e amadurecimento na construção das suas pautas e princípios ao longo dos anos, é possível perceber algumas pistas sobre o que forma o feminismo camponês popular que vem sendo formulado e construído por ele, que aprofundaremos no ponto a seguir.

3. O Feminismo Camponês Popular

O Feminismo Camponês Popular é antes de tudo, uma construção que vem da prática política cotidiana das mulheres camponesas, é um esforço teórico-político das

mulheres que compõem o MMC em sistematizar a prática do movimento numa categoria que unifique as mulheres, sem perder a dimensão de multiplicidade das mulheres que formam o movimento, mas que sirva para qualificar e fazer avançar as lutas e as pautas das mulheres camponesas. Nas palavras da militante Dandara dos Palmares:

A construção do feminismo camponês e popular, enquanto definição, vamos dizer, enquanto uma categoria teórica de análise, ainda é muito novo. Mas pra gente, o feminismo camponês e popular é aquilo que a gente já construía na prática. É apenas a forma que a gente viu de ver que o que a gente constrói já é feminismo. Como que a gente reconhece esse feminismo? A partir disso a gente foi dialogando, foi amadurecendo e passou a definir esse feminismo como o feminismo camponês popular, aquilo que a gente já fazia: A produção agroecológica, a luta contra o machismo, contra o patriarcado, contra o racismo, essas coisas que a gente foi acumulando, especialmente a coisa da produção das mulheres camponesas que foi uma forma da gente reconhecer enquanto trabalho, enquanto força de trabalho, valorização do trabalho. Então tudo isso que a gente já construía, a gente dizia “bom, isso é feminismo! Que feminismo é esse que a gente tá construindo?” Então o feminismo em si que a gente constrói não é novo, a definição enquanto categoria teórica de análise ainda está em construção, isso para todos os movimentos da via camponesa.

A partir da fala de Dandara, é possível perceber que esse feminismo não é novo e que vem sendo construído a partir das resistências que as mulheres já acumulavam e tinham como pautas de luta. É possível perceber também que o feminismo camponês popular parte de uma base material, a divisão sexual do trabalho, que Kergoat (2000, p.22) define como:

[...] a forma de divisão do trabalho social que se origina nas relações sociais de sexos, histórica e socialmente moldada. Ela tem por característica a determinação prioritária dos homens, à esfera produtiva, e das mulheres, à esfera reprodutiva, assim como, simultaneamente, a captação pelos homens das funções que possuem forte valor social agregado (políticos, religiosos, militares, etc.).

Para a autora (IDEM), a divisão sexual do trabalho “tem dois princípios organizadores: o princípio da separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio da hierarquia (um trabalho de homem ‘vale’ mais que um trabalho de mulher)” A militante Margarida Alves também nos fala sobre o feminismo camponês popular:

O Feminismo camponês popular pra mim, é o feminismo que parte não da teoria, e sim da prática, do cotidiano das camponesas. Do cotidiano das mulheres camponesas com a compreensão que somos classe trabalhadora, então é da concretude da vida que surge o feminismo camponês popular. Ele não é só teoria, embora a gente esteja buscando construir, estudar e entender a teoria do feminismo camponês popular, mas ele parte da prática da vida das mulheres. Do enfrentamento não só das questões mais amplas da luta de classes, mas do enfrentamento que a gente tem que fazer também dentro da classe trabalhadora, por que as mulheres da classe trabalhadora e as camponesas talvez com um peso muito maior, sofremos muito com a opressão, com a discriminação, com as violências também dentro da classe trabalhadora, as mulheres sofrem violência, são silenciadas, invisibilizadas, muitas vezes caladas. E o feminismo é isso, apontar essas contradições enquanto classe, com a compreensão de que não basta superar a classe, mas tem que superar o patriarcado, o capitalismo, o racismo. Enfim, esse sistema que é capitalista, racista, sexista, machista e patriarcal. Então a gente tem a compreensão enquanto feminismo camponês e popular que a nossa luta não é só

pra acabar com o capitalismo, mas também com o patriarcado e com o racismo por que se não fizer essa luta articulada ela vai capenga, vai pela metade.

Tendo como partida essas duas falas podemos perceber três aspectos sobre o feminismo camponês popular: o primeiro, é sua perspectiva materialista, que se apresenta como uma resistência em tempos em que o feminismo liberal ocupa tanto lugar na mídia, na militância e na produção teórica, bebendo diretamente da ideologia pós-moderna. O segundo aspecto, é a unidade teoria e prática que a elaboração do feminismo camponês popular representa para o MMC, formando uma relação dialética no qual teoria e prática ocupam a mesma importância para esse feminismo. O terceiro aspecto, diz respeito a sua perspectiva de classe, de classe trabalhadora, e de projeto político muito bem definidos, tendo como centralidade do seu projeto político a construção de uma outra sociedade de homens e mulheres emancipadas de todos os tipos de opressão e dominação.

Para nós, o feminismo precisa articular em sua base as relações sociais de sexo, raça e classe. Para o feminismo camponês popular isso também se apresenta como uma centralidade e aparece de forma repetida nas falas das mulheres entrevistadas. Usaremos a fala da militante Margarida Alves para ilustrar isso:

Isso [a articulação entre classe, raça e sexo] é princípio do movimento e está muito expresso nas pautas do movimento, nos materiais que elaboramos, isso é central. O movimento compreende e precisa ter isso muito claro. A organização para pensar a autonomia da mulher e do povo trabalhador, sem a luta ir pela metade, não tem como pensar a libertação das mulheres e pensar só as mulheres camponesas que tem a sua terra, que é branca, de descendência europeia. A organização precisa pensar nessas diversas mulheres desse país, no trabalho com as quilombolas, nos trabalhos com as ribeirinhas, é a base do movimento. Um movimento como o MMC ele tem que tá colado com os anseios das mulheres camponesas e dessa diversidade que nós temos no país, não cabe pensar diferente. Isso é uma coisa tão natural, a gente expressa isso nas lutas, nas místicas, nas canções, nos materiais que a luta é classista, anti-patriarcal, ela é antirracista, ela é anti-homofóbica.

Mesmo essa articulação entre raça, sexo e classe aparecendo de forma nítida nas falas e materiais produzidos pelo MMC a militante Dandara dos Palmares, única militante negra entrevistada, reconhece que a questão de raça e etnia ainda precisa ser fortalecida dentro do movimento e que a formulação do feminismo camponês popular tem colaborado para isso.

Bom, eu sou uma companheira negra que está militando no movimento de mulheres camponesas, então vamos lá, vamos ser sinceras em relação a isso. Eu não sei se há de fato uma diretriz direta assim, uma coisa que seja direta para dialogar com as companheiras negras. Mas é importante ressaltar que essa relação de gênero, classe e raça elas estão imbrincadas no feminismo do MMC, então isso é muito central e a gente compreende que o patriarcado é estrutural como o racismo, essa relação a gente consegue compreender muito bem. Com relação ao avanço que a gente vem tendo na pauta e nos diálogos ainda andam a passos um pouco lentos, mas a gente discutiu isso, discutiu muito sobre a relação de raça nos nossos seminários internacionais e a gente vem, como eu já coloquei, a gente vem tentando dar um pouco mais de ênfase e de construção para pauta de raça e etnia dentro do movimento de mulheres camponesas.

Essa dificuldade de inserção das pautas de raça e etnia não é uma particularidade só do feminismo camponês popular, mas do feminismo como um todo que demorou muitos anos para reconhecer e inserir as pautas das mulheres negras, entendendo que elas se diferenciam das pautas das mulheres brancas. Justamente por essa dificuldade que nos últimos anos surgiu com muita força a vertente do feminismo negro, não só como uma forma de dar centralidade as pautas das mulheres negras, mas para cobrar das outras vertentes do feminismo o atraso histórico que elas tinham com as mulheres negras.

Essa tensão criada pelo feminismo negro fez com que muitos movimentos feministas, o MMC é exemplo disso, revissem e formulassem pautas que também levassem em consideração a realidade das mulheres negras, assumindo o racismo como uma relação tão estrutural quanto o patriarcado e o capitalismo.

Perceber que o feminismo camponês popular reconhece essa realidade e trabalha para superar a fragilidade da sua construção em relação às pautas de raça e etnia nos mostra o seu compromisso com a libertação das mulheres e com o fim de todas as formas de exploração e opressão. Reafirmando para nós que a dimensão da consubstancialidade das relações de sexo, raça e classe é imprescindível para a construção de movimentos sociais que sejam de fato comprometidos com a emancipação humana.

Outra questão importante para o feminismo é a questão da autonomia no movimento feminista, por isso, achamos importante compreender como o MMC na construção do feminismo camponês popular se relaciona com outros movimentos sociais, com partidos políticos e com o Estado. Cisne e Gurgel nos falam sobre a questão da autonomia para o feminismo no Brasil:

O feminismo no Brasil, tem se caracterizado como um movimento de múltiplas expressões e com heterogeneidade em sua composição social e em suas estratégias políticas. Em meio a essas características, encontramos a especificidade de ser um sujeito coletivo que é construído por militantes com atuação em outras organizações políticas partidárias, sindicais e diversos movimentos sociais. Fenômeno este que exige o permanente debate sobre autonomia no processo de construção política desse movimento [...] Nesse sentido, o termo autonomia assume diversas conotações que refletem, primeiramente, o nível de envolvimento do feminismo com seu contexto social que, determina a sua ação militante como movimento de transformações sociais. Destacamos três elementos que são estruturantes desse debate na realidade brasileira: a relação com a institucionalidade, a questão do financiamento e a política de representação coletiva (2015, p. 1).

O MMC, como sabemos, faz parte da Via Campesina em nível nacional e internacional, isso, a priori, determina que de forma prioritária ele vá se articular com os outros movimentos camponeses que fazem parte dessa articulação. Além dos movimentos que compõem a Via Campesina o MMC também tem articulação com outros movimentos e sindicatos rurais. A militante Margarida Alves nos fala sobre essa articulação:

[...] Nós somos da Via Campesina, nós somos dessa grande organização mundial

que aqui no Brasil está presente e que aqui são 16 organizações que fazem parte da Via Campesina e nós somos o único movimento de mulheres na Via no Brasil. Então com as organizações mistas, nós temos essa proximidade, nós somos parte da Via Campesina. Daí tem uma outra organização um pouco mais ampla que a gente queria dialogar com o movimento das ligas camponesas do nordeste e aí entre 2009 e 2012 a gente faz uma articulação grande pra fazer o segundo encontro nacional de lavradores. Já faziam 50 anos do primeiro encontro de lavradores das ligas camponesas e aí a gente dá o nome hoje de encontro unitário, que além dos movimentos da via campesina estão presentes a CONTAG e a FRETAG, onde a gente se reúne e constrói as pautas que a gente consegue consensual e faz luta junto. Contra os agrotóxicos, pela reforma agrária, pela previdência, então essa articulação é um pouco maior, e apesar das divergências que existem, o que nos une é uma pauta muito maior. Nessa conjuntura, a gente prefere se somar no que nos une, se não a gente vai ser engolidos [sic] pelo capital e por esse governo golpista que tira direitos todos os dias.

A partir do que nos trouxe a militante Margarida Alves, o que podemos perceber é que as articulações feitas pelo MMC se dão a fim de se obter a unidade nas lutas políticas, seja com os movimentos que compõem a Via Campesina, sindicatos rurais e urbanos e com o movimento feminista de uma forma geral. A construção da unidade se configura atualmente como um desafio de grande importância para os movimentos sociais e partidos de esquerda, tendo em vista a conjuntura de retrocessos de direitos e avanços do conservadorismo que estamos vivendo. Além disso, quando se trata dos partidos políticos, a autonomia é uma das questões que é levantada, tanto a autonomia política das mulheres que compõem o movimento, quanto a autonomia do movimento frente aos partidos políticos.

A militante Dandara dos Palmares nos fala dos desafios para se construir o feminismo de uma forma geral, numa conjuntura em que a dificuldade para a organização das mulheres se torna cada vez maior:

[...] Numa conjuntura como essa de retrocesso para as mulheres, para a classe trabalhadora, mas especialmente para as mulheres a gente tem um desafio que é de tirar as companheiras de casa, de continuar construindo a luta feminista então nessa retirada de direitos. O desafio de construir qualquer feminismo é um desafio muito grande por que a gente vem de uma ofensiva capitalista em que se acirra o patriarcado, em que se acirra o racismo, a homofobia todas essas coisas estão colocadas de retrocessos para a classe trabalhadora, por que elas são esses sujeitos, são os sujeitos negros, os sujeitos mulheres, os sujeitos LGBTQs que precisam retroceder para que o capitalismo avance, então nesse sentido o desafio tá em construir não só esse feminismo, mas o desafio de construir qualquer feminismo nessa conjuntura é muito grande.

A militante Dandara dos Palmares nos traz um aspecto que pode parecer de menor importância ou mesmo corriqueiro, mas que é um desafio histórico e ainda atual para as mulheres, o “sair de casa”. Apesar da relação das mulheres com a casa aparecer, aos olhos conservadores, de forma naturalizada, essa relação não se deu por acaso. A divisão sexual do trabalho que divide espaço público e privado, trabalho de mulher e trabalho de homem, lugar que as mulheres devem permanecer e lugar que são de privilégio masculino foi que moldou essa relação, sendo assim o “sair de casa” se configura como o primeiro, e talvez mais importante e difícil, passo que as mulheres têm que dar em direção ao feminismo.

Desfazer relações que parecem cristalizadas, romper com limites físicos, espaciais e

materiais que são impostos a nós mulheres, em tempos em que o Estado neoliberal precisa que nosso trabalho continue sendo invisibilizado e pagando pela crise, é um desafio para todas nós, organizadas politicamente ou não. Cisne (2014, p. 182) nos fala sobre o “sair de casa” e sua importância para a formação da consciência militante feminista:

[...] o “sair de casa”, pode parecer simples ou mais fácil de ser alcançado pelas mulheres, Contudo, ele foi apontado como um indispensável passo para a percepção da mulher como sujeito de si e da sua própria vida. Condição primária e ineliminável para pensarmos a construção da consciência militante. [...] A experiência de sair de casa, geralmente, encontra-se vinculada à vivência em um grupo de mulheres ou mesmo em um movimento social, espaços que possibilitam a participação em formações políticas ou ações de militância, como manifestações, marchas ou ocupações [...] Assim, o sair de casa envolve processos de ruptura com a alienação e o enfrentamento com instituições como a família e a igreja, bem como toda a construção ideológica de que a mulher deve estar necessariamente voltada para servir ao outro, ainda que passe por cima de si.

O que também que fica visível na fala da militante Dandara no que diz respeito aos desafios internos do MMC é a preocupação com a construção de um feminismo que unifique e dialogue com a multiplicidade das mulheres do campo. Além disso, uma preocupação que podemos perceber não só na fala da militante Dandara dos Palmares, mas que ficou perceptível, para nós, em todas entrevistas e espaços de observação participante, é a preocupação e o compromisso do MMC para que as mulheres que compõem o movimento possam estar em um mesmo nível de compreensão no que diz respeito às pautas, às lutas e à construção do feminismo camponês popular.

No que diz respeito aos desafios mais ligados a conjuntura, lembramo-nos do que nos diz Simone de Beauvoir (1971, p. 39): “Nunca se esqueça de que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida.”. Assim como diz a frase de Simone de Beauvoir e a partir do que já debatemos nesse trabalho, em tempos de crise do capital e de avanço do conservadorismo, nós mulheres somos as primeiras a terem seus direitos questionados, somos nós que vamos ser responsabilizadas por dar conta dos direitos negados pelo Estado, principalmente os ligados aos cuidados.

Sendo assim, o desafio colocado pela militante Dandara dos Palmares se mostra atual e pertinente. Construir qualquer forma de enfrentamento feminista numa conjuntura que nos empurra para dentro das nossas casas, em que os índices de violência e feminicídios só aumentam, principalmente contra mulheres negras e pobres, coloca-se como central. Apesar das dificuldades, movimentos como o MMC, que remam na contramare dos ataques aos nossos direitos, nos animam para luta e nos convidam a continuar resistindo.

4. CONCLUSÃO

Estudar as relações sociais de sexo, raça e classe dentro de um movimento social de esquerda, não se configura como uma tarefa fácil, bem como se apresenta como indispensável dentro dessa conjuntura de ataques cotidianos aos direitos dos e das trabalhadoras, de avanço do conservadorismo e de um processo cada vez mais desumano e agudo de exploração e opressão.

A partir disso entendemos a necessidade de comprometimento com a classe trabalhadora no sentido de construir um projeto de sociedade de seres humanos livres e emancipados. Para isso, acreditamos que precisamos ter como centralidade não só o fim da relação de dominação entre classes, mas o fim de todas as formas de opressão e exploração, como o racismo e o patriarcado, que como já foi dito em páginas anteriores, também estruturam essa sociedade e dão base para que o capitalismo continue com a sua hegemonia.

Foi com base nesse entendimento que procuramos estruturar esse trabalho, sem nenhuma pretensão de esgotar o tema, mas de fazermos uma reflexão crítica que pudesse contribuir com a construção desse outro projeto de sociedade em que o combate cotidiano a todas as formas de exploração e opressão caminhe com a mesma força e intensidade dentro das organizações de esquerda.

O Movimento de Mulheres Camponesas representa, para nós, sobretudo, um movimento feminista que se configura como uma resistência classista, e antirracista essencial para o enfrentamento desses tempos temerosos e para a construção de uma outra sociedade de seres humanos emancipados. Levamos em consideração para afirmarmos isso, algumas dimensões observadas durante a pesquisa: o seu caráter nacional e o fato de organizar uma multiplicidade enorme de mulheres; a sua capacidade de articulação com movimentos, partidos e sindicatos dentro e fora do país, buscando sempre unidade nas lutas; a sua autonomia frente ao Estado e aos governos, sabendo se utilizar de alguns espaços institucionais sem se institucionalizar e sem ferir a sua autonomia; e por fim, o fato dele entender as relações sociais de sexo, classe e raça de forma consubstancial, tendo como centralidade das suas lutas o fim de todas as formas de exploração e opressão.

Por fim, para nós, nos debruçar sobre as formas de resistência das mulheres é a afirmação de que uma realidade onde sejamos donas de si, do nosso trabalho e do nosso tempo, onde não sejamos violentadas e assassinadas pelo simples fato de ser mulher, é possível. Se como diz Galeano (1971) a utopia serve para nos fazer caminhar, aqui a realidade se apresenta como mais que utopia, a luta das mulheres, nos afirma que é com o pé na realidade que caminharemos, fazendo a nossa própria história e construindo o mundo que queremos.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, L. M. Feminismo: Memória e História. In: SALES, C. V., AMARAL, C. C, G. ESMERALDO, G. G. S. L. (orgs.). **Feminismo: Memória e História**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000.

BEHRING, E. R. **O Brasil em Contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETTI, I. **A Insidiosa Corrosão dos Sistemas de Proteção Social Europeus**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p. 754-803, out./dez. 2012

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 1ªed. São Paulo: Outras expressões, 2012.

_____. **Relação orgânica entre gênero e patriarcado na sociedade capitalista: Uma análise teórica - crítica** Caderno de debates consulta popular e feminismo, nº 1. São Paulo, 2009.

_____. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. 1º ed. São Paulo, 2014.

_____. **Relações sociais de sexo, “raça” /etnia e classe: uma análise feminista-materialista**. Temporalis, Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014.

_____, GURGEL, T. **Feminismo e autonomia no Brasil: o desafio do coletivo total**. IN *État des resistances dans le Sud. Mouvements de femmes*. Col. Alternatives Sud. Vol. XXII - 2015, nº 4. CETRI, Syllepse. Bruxelas - Bélgica, 2015.

FALQUET, Jules. **Três questões aos movimentos sociais “progressistas”**: contribuições da teoria feminista à análise dos movimentos sociais. Acesso em www.nead.org.br.

_____. **“Repensar as relações sociais de sexo, classe e ‘raça’ na globalização neoliberal”** In: Mediações. Londrina, v. 13, n.1-2, p. 121-142, Jan/Jun e Jul/Dez. 2008.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. Terceira edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

GUILLAUMIN, C. **Prática do poder e Idea de natureza**. In: FERREIRA, V; ÁVILA, M.B; ABREU, M; e FALQUET, J. (orgs.) *O patriarcado desvendado teoria de três feministas materialistas: Colette Guillaumin - Paola Tabet - Nicole Claude Mathieu*. Recife: SOS Corpo, 2014. [Publicado inicialmente em *Questions Féministes*, nº 2 e 3, fevereiro e maio de 1978].

KERGOAT, D. **Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação**. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée. *et. al. O sexo do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo** In: HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.